

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VII - Nº 59 - AGOSTO DE 2019

EDITORIAL

Férias Agitadas

Este mês de julho trouxe férias e descanso para os professores, porém não foi um mês tranquilo. A principal agitação veio com o anúncio do Future-se, programa do MEC para o financiamento alternativo do Ensino Superior e sobre o qual ainda pouco se sabe. A UFG também não parou: nesta edição trazemos duas pautas de pesquisa, uma com o professor Marcelo Stehling, da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), falando sobre a instalação de usinas solares na universidade, e com o professor Boniek Gontijo, do Instituto de Química (IQ) sobre como agrotóxicos têm penetrado em maçãs. Ambas as pesquisas estão inseridas no contexto complicado em que vivemos: a UFG, com contas de energia atrasadas, ameaça fechar as portas neste segundo semestre, ao mesmo tempo em que o número de novos agrotóxicos aprovados pelo governo passa dos 200. Mas nem tudo é notícia ruim: como é mês de férias, trazemos uma boa pedida para os professores, que é conhecer o Mercado Popular da 74, que agora possui atividades culturais e musicais quase todos os dias com entrada gratuita e sem pagamento de couvert artístico, além de ser um pedacinho da história goianiense. Conversamos também com as professoras Edvânia e Silmara, do Grupo Gwaya, sobre a formação de contadores de histórias e relembramos a trajetória da docente Ciça Fittipaldi, que lecionou na UFG por 25 anos. Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Máquinas gráficas antigas serão restauradas e colocadas em uso

MEMÓRIA VIVA



Foto: José Abirão

MEMÓRIA PRESERVADA PELO CONTATO

O Ateliê Tipográfico recebeu novas máquinas que depois de restauradas serão colocadas em funcionamento

Página 10

TRAJETÓRIA:

A professora Ciça Fittipaldi trouxe toda a sua bagagem artística e intelectual de São Paulo para lecionar na UFG

Página 16



Foto: José Abirão

MUITA HISTÓRIA

Grupo Gwaya forma contadores de histórias há mais de 25 anos e agora leva seus contos para outros Estados do Brasil

Página 11

ENERGIA

Professor Marcelo Stehling fala sobre a usina fotovoltaica da UFG e sua sustentabilidade

Páginas 8 e 9

LAZER

O Mercado da 74 está agitado com agenda cultural e à espera dos professores

Página 6

PERIGO

Pesquisa orientada pelo professor Boniek Gontijo revela que agrotóxico passa da casca para o interior da maçã

Página 12

prestação de contas		
Abril de 2019		
1	Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	347.802,59
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	4.624,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.540,57
1.4	Receitas Financeiras	21.518,93
1.5	Outras Receitas	11.424,33
1.6	Resgate de aplicações financeiras	63.949,87
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	61,96
Total R\$		450.798,33
2	Custos e Despesas Operacionais	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	139.847,09
2.1.2	Encargos Sociais	35.303,22
2.1.3	Seguro de Vida	765,32
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.071,45
2.1.5	Ginástica Laboral	650,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	9.190,26
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	837,38
Total R\$		187.664,72
2.2	Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.242,30
2.2.2	Despesas com Correios	3.069,76
2.2.3	Energia Elétrica	4.222,01
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.000,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.942,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	12.450,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.304,00
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	438,07
2.2.11	Vigilância e Segurança	446,98
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	300,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.520,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	1.220,00
2.2.15	Água e Esgoto	556,06
Total R\$		45.111,18
2.3	Despesas Gerais	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.014,56
2.3.2	Despesas com Táxi	628,33
2.3.3	Despesas com Coral	2.091,74
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	416,14
2.3.5	Diárias de Viagens	17.070,30
2.3.6	Tarifas Bancárias	928,14
2.3.7	Lanches e Refeições	944,56
2.3.8	Quintart	13.130,05
2.3.9	Patrocínios e Doações	4.684,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	255,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	5.080,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	610,63
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.474,27
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	5.907,45
2.3.16	Hospedagens Hotéis	4.994,60
2.3.17	Material de expediente	226,92
2.3.18	Outras despesas diversas	11.365,87
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.151,39
2.3.20	Homenagens e Condecorações	200,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.966,56
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.937,31
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	181,09
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	174,44
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	4.500,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	3.058,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.000,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	957,69
Total R\$		90.949,05
2.4	Despesas Tributárias	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.754,69
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	260,14
Total R\$		4.014,83
2.5	Repasso Fundo Social e Contribuições	
2.5.1	Repasso para C/C Fundo Social	13.920,10
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.729,05
Total R\$		41.649,15
Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$		369.388,93
3	Resultado do exercício 04.2019 (1-2)	81.409,40
4	Atividades de Investimentos	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	2.153,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		2.153,00
4.2	Intangível	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00
4.3	Aplicações Financeiras	
4.3.1	Aplicação CDB	90.040,00
Total R\$		90.040,00
Total Geral dos Investimentos R\$		92.193,00
5	Resultado Geral do exercício 04.2019 (3-4)	-10.783,6

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



INFORME JURÍDICO

PROFESSOR SINDICALIZADO TEM AVERBADO TEMPO DE SERVIÇO COMO ALUNO-APRENDIZ

No dia 24 de junho de 2019, o juiz da 14ª Vara Federal de Goiânia, Roberto Carlos de Oliveira, ordenou que o INSS averbasse em favor de um professor sindicalizado, o tempo de serviço prestado na forma de aluno-aprendiz, referente ao período letivo de 1977 a 1979, laborado para o Instituto Federal de Brasília, à época Colégio Agrícola de Brasília.

Através da assessoria jurídica do ADUFG Sindicato, o professor ingressou em juízo para que tivesse reconhecido o tempo de trabalho prestado para o Instituto Federal de Brasília, na forma de aluno-aprendiz, entre 1977 e 1979. O professor, à época estudante em curso técnico do Colégio Agrícola de Brasília, exercia diversas funções laborais, especialmente nos campos de culturas e criações da escola, visando atendimento das demandas do público externo - entrega de encomendas.

Em contrapartida, o professor sindicalizado, recebia à época remuneração de forma indireta, como moradia, alimentação, vestuário, calçados, atendimento médico/odontológico, tudo custeado com verbas provenientes da União, o que lhe confere direito ao computo do período para fins previdenciários.

O professor, para fins de comprovação, apresentou uma declaração do Instituto Federal, que se beneficiou dos trabalhos do ex-aluno, declarando, além das atividades que realizava e remunerações que percebia, a frequência escolar, comprovando-se a efetiva matrícula no curso de aprendizagem.

Em razão da comprovação, o juiz federal da 14ª Vara Federal, forte na Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, que especifica os requisitos para que os períodos de aprendizado profissional até 16 de dezembro de 1998 sejam computados como tempo de contribuição, condenou ao INSS a averbação do tempo, o que irá diminuir seu tempo que falta para aposentadoria. O INSS não apresentou recurso.

Em nossa opinião, o Juiz da 14ª Vara Federal de Goiânia, ao condenar o INSS em averbar o tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz, manteve-se coerente com as decisões que vêm sendo proferidas pela Justiça; o que irá encurtar o tempo para a aposentadoria do professor, motivo de comemoração, especialmente às portas de uma trágica reforma previdenciária.

Dessa forma, orienta-se a todos/as professores/as que possuam tempo de serviço como aluno-aprendiz até 16 de dezembro de 1998, tendo percebido remuneração ainda que de forma indireta, a procurarem as instituições para que prestaram os serviços, para que, mediante certidão da instituição, possa ser averbado o respectivo período.

Atenciosamente,

Igor Escher Pires Martins.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D’ Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 59

AGOSTO de 2019

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Monique Arruda (JP 2290 GO)
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 05/08/2019

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato



**Maria Magda
Machado***

Entendendo a origem da acusação de “doutrinação marxista”

Ao pensar como tratar o tema proposto sobre o que representa a “acusação” de doutrinação marxista, direcionada a educadores e sistemas educativos, numa percepção mais política, busquei inicialmente retomar algumas das entrevistas, artigos e pronunciamentos de sujeitos mais ligados ao mundo da política: representantes de governo, parlamento, jornalistas, intelectuais; onde estas chamadas “acusações” aparecem, sobretudo nos anos que se seguiram ao Golpe de 2016, uma marca histórica de ruptura democrática na política brasileira e que vem se acirrando até os nossos dias.

Retomando sob este ponto de vista, uma primeira afirmação que preciso fazer é de que não é possível enxergar e nem mesmo tentar compreender estas acusações do ponto de vista político, sem que de fato as encaremos na sua intrínseca relação com os interesses que elas representam, que vão além de questionar o que fazem ou deixam de fazer professores universitários em sua ação docente, em suas pesquisas ou nas atividades de extensão; ou ainda, o que fazem e como fazem para mediar conhecimentos e produzir conhecimentos os professores que atuam com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos na Educação Básica. É sobre estes interesses que penso ser necessário conversarmos inicialmente.

Acredito que o debate que está colocado para a Educação brasileira hoje, em especial para a Educação Pública, é muito mais do que se somos ou não somos doutrinadores. Esta é apenas a “cortina de fumaça” que encobre os verdadeiros interesses em jogo, quando reconstituímos os temas que envolveram a área da Educação, sobretudo nos últimos nove anos. Cabe lembrar que entre 2010 e 2014, durante quase quatro anos, discutimos exaustivamente a aprovação do atual Plano Nacional de Educação (PNE), sob ataques dos discursos esbravejantes de que, aos defensores do PNE, interessava a doutrinação ideológica nas escolas, por isso a defesa de vários deputados e senadores no Congresso Nacional à chamada “Escola Sem Partido”. Mas, esbravejar mesmo foi o que ouvimos, naquele mesmo contexto, e segue na narrativa deste “novo/velho” Congresso, eleito em 2018, de que para o bem da família e do País o que deve ser combatido na Educação brasileira é a chamada “ideologia de gênero”.

Avalio que esses dois temas, que identifico também como cortina de fumaça utilizada estrategicamente no Congresso Nacional, naquele período, para desviar o olhar da sociedade sobre questões fundamentais, para o fortalecimento da área da Educação como política de Estado e não de governo, serviram e continuam servindo até hoje para encobrir a verdadeira razão dos ataques a quem defende a Educação pública, laica, gratuita e de qualidade social para todas e todos. Esta razão é sem sombra de dúvidas o interesse evidente no acesso irrestrito aos recursos públicos, vinculados constitucionalmente para Educação, por parte dos empresários da educação, de olho num orçamento bilionário que está previsto para atender da educação infantil à pós-graduação no Brasil. Gostaria de fazer uma demonstração do volume destes recursos com “chocolates”, mas temo que o espaço não seja suficiente para comportar 117 bilhões de Prestígios, Lollos, Chokittos..., que representam hoje em torno de 1,2% do PIB para Educação, considerando apenas o orçamento da União, segundo dados do Portal da Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

[funcoes/12-educacao?ano=2019](#)). Ocorre que se este orçamento já é atrativo para olhos gananciosos dos empresariados da educação, imaginem os orçamentos de estados, municípios e o Distrito Federal que representam os outros 4,8% do PIB destinados à Educação.

Por trás dos discursos de assepsia ideológica e moral estão os interesses de acesso sem limites a esses vultuosos recursos, conquistados a duras penas para a Educação brasileira, ao longo de muitas lutas históricas e reafirmados como direito na Constituição Federal de 1988. A viabilização de operacionalizar o uso destes recursos pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal é igualmente histórica: só para identificar algumas iniciativas, no campo da Educação Básica, é fundamental que se compreenda o significado da política de destinação de recursos via fundos, como Fundef e Fundeb; da extensão da obrigatoriedade da Educação, com a EC 59/2009; dos Planos Nacionais de Educação, se desdobrando em planos estaduais, municipais e distrital; do debate importante sobre o Custo Aluno Qualidade; da defesa do aumento do investimento na Educação, tendo como referência a chegada a 2024 em 10% do PIB; da destinação dos recursos advindos do Pré-Sal para Educação. Enfim, não foram poucas as estratégias traçadas nos últimos 30 anos, após a aprovação do primeiro texto da CF de 1988, para buscar regulamentar a efetividade da aplicação dos recursos constitucionais vinculados, a fim de que esses chegassem ao chão das escolas, que viabilizassem planos de cargos e salários para professores e demais profissionais da Educação, mas sobretudo, que permanecessem na tarefa prioritária de melhoria da Educação Pública brasileira.

A disputa de narrativa moralizante que vivenciamos desde o debate e aprovação do PNE até hoje, nada mais é do que estratégia para desqualificar o que fazemos na Educação pública, enquanto o Ministério da Educação e o Congresso Nacional, por diferentes meios autorizam os recursos públicos da Educação serem repassados para os representantes legitimadores do discurso ora hegemônico no País: são os militares, os líderes religiosos, as fundações e institutos vinculadas ao sistema financeiro e aos empresários do ensino, os principais beneficiários deste discurso e que têm a clara intenção de influenciar nos rumos da destinação do orçamento da Educação Pública hoje. Mecanismos para isto já existem. Quando não ganham diretamente, pela via das bolsas, por exemplo, ou assumindo a gestão das próprias instituições públicas; ganham indiretamente na formação de professores, na produção de material didático, nas inúmeras estratégias que envolvem a dinâmica assumida pelos estados e municípios, seja para implantação da reforma do Ensino Médio, seja para a padronização do fazer pedagógico pela via da Base Nacional Comum Curricular.

É com este pano de fundo, mais ainda, é com esta clareza do que está verdadeiramente em jogo, no momento em que disputamos que Educação tivemos e queremos para o País, que convido os leitores a refletirem sobre a chamada doutrinação marxista.

AGUARDO VOCÊS NA CONTINUIDADE DESTA REFLEXÃO NO PRÓXIMO NÚMERO DO JORNAL.

*Professora titular da Faculdade de Educação. Graduada em História, mestre e doutora em Educação. Membro do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos.



Nelson Cardoso
Amaral*

Diga não ao Future-se

O artigo 1º do programa FUTURE-SE o apresenta como tendo o objetivo de provocar o “fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parceria com organizações sociais e de fomento à captação de recursos próprios”.

Em primeiro lugar, o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (CF-1988) estabeleceu que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Não há, portanto, que se falar em “autonomia financeira” que pressupõe o desenvolvimento de atividades que levem a instituição à captação de recursos financeiros para a sua “manutenção e desenvolvimento”; portanto, as instituições possuem é a “autonomia de gestão financeira” e não a “autonomia financeira”, como dito no programa.

Este princípio da autonomia ficou muito bem delimitado no artigo 55 da LDB (Lei No 9.394, de 20/12/1996) quando este determinou: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

Portanto, à expressão sobre o fortalecimento da autonomia financeira, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios, presente no artigo 1º, cabe uma única interpretação: os recursos previstos no Orçamento Geral da União serão insuficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições, contrariando o que estabelece a CF-1988 e a LDB, e estas terão que firmar parceria com Organizações Sociais e captar recursos próprios a sua sobrevivência.

Pode-se concluir, portanto, a PRIMEIRA RAZÃO PARA DIZER NÃO AO FUTURE-SE.

Ao dizer NÃO a Universidade ou Instituto Federal reafirmará a defesa dos termos constitucionais de que a autonomia é de “gestão financeira” e que a União precisa “assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento” de suas atividades, que é um preceito contido na LDB.

Não cabe às instituições dizerem que a autonomia é financeira e não de gestão financeira e que a União não precisa assegurar recursos anuais para a manutenção e desenvolvimento das suas atividades.

O artigo 2º do programa FUTURE-SE estabelece os compromissos que as instituições se comprometem a cumprir se resolverem efetivar as suas adesões. O primeiro compromisso é o de “utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos previstos no § 1º do art. 1º, desenvolvidas nos institutos e nas universidades federais”.

Nota-se uma diferença importante da expressão utilizada, entre o artigo 1º e o artigo 2º, ao se referir à Organização Social; no artigo 1º fala-se em parceria e no artigo 2º fala-se em contratar. Pode-se entender, na continuidade da leitura do Programa que a instituição fará uma parceria com uma Organização Social (OS) que será contratada pelo MEC e que a OS desenvolverá suas atividades conforme os termos do contrato assinado com o MEC, que não são explicitados no future-se.

Fica claro que a OS dará suporte à execução de atividades relacionadas à gestão, governança e empreendedorismo, pesquisa e inovação e internacionalização, no âmbito da instituição que assinou uma parceria com a OS (§ 1º do art. 1º). O programa não apresenta quais são as atividades de suporte a serem desenvolvidas com a OS.

Cabe aqui uma única interpretação: os termos do “contrato” e do significado de “suporte” comprometerá, independentemente de suas definições, a autonomia nos aspectos administrativos, de gestão financeira e patrimonial, e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esta interpretação se reforça quando se lê os dois outros compromissos a serem assumidos pela instituição: “adotar as diretrizes de governança dispostas nesta lei, inclusive ao Sistema de Governança a ser indicado pelo Ministério da Educação” e “adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa”. Não se conhece a proposta do Sistema de Governança do MEC e a linguagem utilizada supõe que as Universidades e Institutos Federais serão “verdadeiras empresas”, desconhecendo as diferenças entre instituições de ensino, pesquisa, extensão e cultura e uma simples organização empresarial que atende ao mercado. Apresenta-se, também, um desconhecimento de como funcionam as instituições quando realizam seus planejamentos, processos de decisão colegiadas, avaliação e controle por agentes internos e externos.

Pode-se concluir, portanto, a SEGUNDA RAZÃO PARA DIZER NÃO AO FUTURE-SE.

Ao dizer NÃO as instituições afirmarão que possuem capacidade e instrumentos para realizarem as suas próprias gestões institucionais e que não as delegarão às organizações sociais que são “pessoas jurídicas de direito privado”, conforme definido na Lei No 9.637 de 15 de maio de 1998.

Não cabe às Universidades e Institutos Federais tomarem decisões que desobedecem ao disposto na Constituição Federal que estabeleceu a autonomia nos aspectos administrativos, de gestão financeira e patrimonial, e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a ser gerida por uma instituição pública, e não por uma organização privada.

*Doutor em Educação pela UNIMEP e professor do PPGE da UFG.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Rouanet

Em meio às lacunas de informação e aplicabilidade do Future-se, o ministro Weintraub voltou a falar em captar recursos via Lei Rouanet para financiar projetos de pesquisa. A decisão gerou uma certa indignação por revelar quão ignorante o ministro é em relação aos recursos da Educação ao jogá-la no mesmo balde que a cultura, outra área que já sofre para captar e conseguir financiamentos.

Celetista

Sobre a polêmica de que o Future-se permitirá a contratação de professores sem concurso, o ministro Weintraub se contradisse e agora afirmou à Folha de São Paulo que isso só acontecerá com docentes renomados e que venham de instituições estrangeiras. Ele disse: “quem hoje é professor, para quem hoje está concursado, nada muda. Quero trazer um professor de Harvard para dar aula durante um tempo e a OS permite fazer isso”.

Inpe

O novo alvo das críticas do presidente Bolsonaro é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), principalmente pelos dados alarmantes que a entidade revelou em relação ao desmatamento na Amazônia. O que o presidente não sabe (ou finge não saber) é que o Inpe tem produção científica crescente e de impacto acima da média nacional. Pelo menos metade da produção é realizada com parceiros internacionais importantes, como a Nasa.

Internacional

O Inpe também está bem na internacionalização, fator que o ministro Weintraub declara querer valorizar: a cada dez menções a pesquisas publicadas por cientistas do Inpe, quatro aparecem em trabalhos de fora do Brasil. Os principais parceiros, além da Nasa, são o CNRS, na França, e o Max Planck, da Alemanha. O oposto da afirmação do presidente de que os dados do instituto são “incorretos, exagerados e que prejudicam o País”.

Invasão

Três policiais rodoviários federais invadiram o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (Sinteam) e interromperam uma reunião que planejava um ato contra o presidente Jair Bolsonaro, que visitaria a cidade. O MPF instaurou investigação para apurar o caso.

Armados

Portando armas longas, eles fizeram perguntas sobre as lideranças da manifestação e as organizações envolvidas na iniciativa. Aos participantes da reunião, os três invasores teriam dito estar agindo em nome do Exército. Nem a PRF nem o Ministério da Justiça se manifestaram sobre o caso, apenas o Comando Militar da Amazônia veio a público negar conhecimento e qualquer envolvimento sobre a ação.

Queda

Em meio à crise na Educação e a estagnação da economia, o Brasil caiu mais duas posições no Índice Global de Inovação. Estamos agora na 66ª posição dos 129 países no ranking, atrás de colegas latino-americanos como Uruguai (62ª), México (56ª), Costa Rica (55ª) e Chile (51ª). As primeiras opções são ocupadas por EUA, Suíça, Suécia, Holanda e Reino Unido.

Café

Alunos de baixa renda da UFG agora podem tomar café da manhã na universidade. Ele será servido nos Restaurantes Universitários e oferecido para os alunos que já possuem isenção total no almoço e no jantar. O objetivo é ofertar para estes alunos três refeições ao dia. Com isto, a UFG busca ampliar a taxa de permanência deste perfil de estudante.

Emater

A reitoria da UFG recebeu o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Goiás (Emater), Pedro Leonardo de Paula Rezende. A reunião discutiu a parceria entre as instituições para a realização de projetos comuns com o objetivo de fomentar o fortalecimento da agricultura familiar. Se espera formalizar parcerias por meio de convênios e que a unidade experimental Emater em Araçu receba estrutura de pesquisa agropecuária para a agricultura familiar.

EA

A parceira também deve se estender à Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da UFG para o desenvolvimento de projetos na área de piscicultura e bambu, novamente focada em como elas podem ser alternativas produtivas para produtores menores.

Periódicos

A Capes repaginou o Portal dos Periódicos e lançou um aplicativo para dispositivos móveis, chamado periódicos. O novo App possui busca unificada por materiais de todos os tipos, visualização das instituições no mapa, contendo dados de localização e contato, além da possibilidade de traçar rota até o local, atribuição de tags e recuperação dos materiais baixados pelos termos inseridos nas etiquetas.

FUTURE-SE

O Ministério da Educação (MEC) revelou o Future-se, Programa do governo que propõe formas alternativas para que as universidades federais possam buscar financiamento. Porém, a proposta peca por não estabelecer diretrizes, ser vaga, e por dar muita brecha para alguns temores para a classe docente. O maior deles é o papel das Organizações Sociais (OSs), que pode dar brecha para contratações sem concurso.

Cambuí

Uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre o fruto amazônico do cambuí foi tema de um artigo publicado na revista do Canadian Institute of Food Science & Technology (CIFST). O estudo compôs uma tese sobre suas propriedades antioxidantes e antiglicantes, que ajudam no controle da hipoglicemia, feita pela pesquisadora Andrezza Ramos.

Avaliação

A Capes vai mudar seus critérios de avaliação da pós-graduação brasileira. As mudanças seguem as recomendações apontadas no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020). Uma nova metodologia foi apresentada nas áreas de avaliação com critérios mais objetivos.

Tailândia

A PROIFES-Federação foi à Bangcoc, na Tailândia, participar do 8º Congresso Mundial da Educação. Foi denunciado os seguidos ataques à Educação brasileira, especialmente ao Ensino Superior público, com cortes orçamentários e com o programa Future-se, que pode flexibilizar a autonomia financeira das universidades e institutos federais.

Sindicatos

A PROIFES, também participou de mesa paralela de debates que discutiu as dificuldades dos sindicatos em serem reconhecidos pelos governos como interlocutores dos trabalhadores. Na mesa, os participantes abordaram formas de cobrar dos governos o respeito aos sindicatos como legítimos representantes dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, debateram como os demais sindicatos do mundo podem contribuir para aumentar a pressão sobre os governos.

Bicho papão

O projeto Escola Sem Partido, que tirou o sono de muita gente durante os primeiros meses do governo Bolsonaro, está na UTI. Seu fundador, Miguel Nagib, disse em suas redes sociais que vai suspender as atividades do movimento por falta de apoio: “cansei de fazer tudo sozinho”, postou. Ele também reclamou do presidente Bolsonaro, dizendo que esperava que ele fosse “combater a ideologia de gênero e implantar o Escola sem Partido”.

EaD

Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, os primeiros cursos de mestrado e doutorado à distância já devem surgir em 2020. Autorizados em abril via portaria do MEC, acredita-se que a iniciativa facilitará os estudos de pós-graduandos do interior que não têm condições de se mudarem para outras cidades, assim como aqueles que não podem abrir mão do emprego.



Fotos: José Abirão



Detalhes das máquinas tipográficas que chegaram para integrar o acervo do Ateliê Tipográfico da UFG e que serão restauradas, peças que contêm muita história que são pouco conhecidas para quem já se acostumou a escrever e editar usando computadores e impressoras a laser.

Fotos: José Abrão



Fausto Noleto atualmente é o coordenador Cultural do espaço que passou por renascimento nos últimos 13 anos que atrai o público goianiense e de outros países

Mercado da 74 é opção de lazer para professor que quer sair da rotina

Desde 2006, espaço vem crescendo como ponto cultural no Centro da cidade voltado para a música ao vivo e experiências gastronômicas

José Abrão

O Mercado Popular da 74, assim como o Mercado Central da Rua 3, faz parte da história do Centro de Goiânia há décadas, sendo fundado em 1952. O lugar respira o Centro, e até hoje possui algumas das suas lojas mais antigas, como a Sapataria do Barnard e a Pastelaria do Meu. Mas hoje o mercado é muito mais do que isso: é um centro cultural. Desde 2006 foi iniciado um projeto de música ao vivo com a intenção de atrair um novo público. Quem encabeçou este projeto foi o músico veterano Fausto Noleto, frequentador do mercado desde a infância: “com a vovó, a mãe, fazendo as compras do dia-a-dia. Por isso, todos os permissionários me conhecem, principalmente os mais velhos”, relembra. Quando foi chamado para trazer música para o mercado, só havia som ao vivo de sertanejo, nas noites de sexta-feira.

“Depois de muita insistência, pensei em fazer algo diferente como um jazz instrumental. À época, os bares ainda não tinham produtos pra atender a demanda de um público mais exigente. Começamos com o jazz às quartas-feiras. Fizemos isso por anos”, disse. Iniciaram de forma humilde porque não havia dinheiro e até hoje não se cobra couvert artístico nem a entrada do público, o

que significa que o cachê tem que ser bancado pelos permissionários. De início, quem dava um apoio maior era outro lojista conhecido, Elpídio Fiorda, que tinha o Bar do Elpídio, conhecido por sua costela de caranha, e que hoje é dono do restaurante Assoluto. “O Elpídio assumia um quarto do cachê, algo assim, e eu articulava com amigos empresários e fomos levando”, conta Fausto.

Os anos se passaram e os permissionários criaram uma associação, conforme o público e as atrações cresciam e tomavam forma, aos poucos. “Fomos engajando de todas as maneiras: politicamente, economicamente, socialmente, pra tentar mudar no que o Mercado da 74 está se transformando hoje, porque ainda não chegamos no final, é uma batalha contínua e cotidiana”, afirma Fausto. A associação o nomeou diretor Artístico e Cultural, cargo que ocupa há quase uma década. “Os bares foram se aprimorando, a demanda foi crescendo e um público classe A e B começou a frequentar o local devido a qualidade das atrações que eram as mesmas dos bairros nobres. Sempre quis exhibir artistas mais representativos do cenário goiano como a Maria

Eugênia, o Pádua, e isso foi viabilizado”, comemora.

A partir de 2014, por meio da gestão do prefeito Paulo Garcia, Fausto se tornou funcionário da Secretaria de Cultura (Secult) do município pelo trabalho realizado e ainda continua nela. “Aqui não se chama mais Mercado da 74, o nome oficial agora é Centro Cultural Mercado Popular da 74. Nosso próximo objetivo é levar essa gestão para a Secult porque ainda não alcançamos o patamar em que podemos lidar com outros tipos de arte, como exposições, que não podem tomar sol, nem chuva e que precisam de um cuidado maior”, planeja.

O foco é ampliar a utilização do espaço: “queremos transformar este Centro Cultural em um polo gastronômico, turístico, colocar o ponto de ônibus com parada aqui na porta, trazer escolas, fazer uma ação efetiva em hotéis com panfletagem evidenciando as atrações mensais e semanais. Temos turismo aqui. Nosso Mercado é referência como roteiro obrigatório para os estrangeiros. Informalmente, somos conhecidos pela música, comida e queremos melhorar a estrutura. Gostaríamos de implantar um cardápio rela-

cionado à cultura goiana, fazer um festival gastronômico, isso faz toda diferença”. O intuito é contemplar todos os dias da semana com estilos musicais variados. Atualmente, a programação vai de terça a sábado: terça e quinta é pop rock, quarta é o samba, sexta é o sertanejo e no sábado MPB com samba.

Comunidade acadêmica

Fausto destacou que muitos dos frequentadores são da população universitária: “é muito importante contarmos com a presença da comunidade acadêmica e dos alunos. Quando começamos a trazer bandas de jazz, um nicho universitário começou a frequentar o Mercado, o pessoal saía das aulas e vinha nos prestigiar”. Fausto compõe o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e fala que o Centro está se reerguendo com a programação do Mercado, reforma da Estação e a retomada do chorinho no Grande Hotel.

“Nós estamos engajados junto com o Ministério Público para também fazer o tombamento do maior número possível de edifícios em Art déco, residências ou estabelecimentos, para que se preserve tudo, pois a cultura é um elemento vital para todos nós!”.

Apesar da era digital, bibliotecas ainda têm seu espaço

Especialista aponta que a chegada da tecnologia afetou os locais para a leitura, porém houve uma readequação do papel e da função dos livros



Foto: José Abirão

Bernadete Campello durante o *Café com Leitura*, no auditório da Biblioteca Central. Evento aconteceu em junho deste ano

Luciana Porto

A imagem da biblioteca como um espaço silencioso e a figura do bibliotecário está cada vez mais distante da nova realidade digital. O fácil acesso às informações por meio de tecnologias como as mídias digitais e mecanismos de buscas na Internet provocou impactos significativos para as bibliotecas, além de terem influenciado na relação entre os bibliotecários e os leitores. Apesar disso, esses espaços não deixaram de ser protagonistas para quem é apaixonado pela leitura e eles continuam desempenhando um papel importante na disseminação do conhecimento e da informação, garante Bernadete Campello, referência na área.

Com 11 livros publicados, a professora e pesquisadora é doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também leciona e coordena o Grupo de Pesquisa em Biblioteca Escolar. Bernadete esteve em Goiânia durante o 10º Café com Leitura, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e conversou com o *Jornal do Professor* sobre a realidade das bibliotecas na era digital. Segundo ela, a biblioteca sempre acompanhou de perto as tecnologias. “A biblioteconomia assumiu a

tecnologia na década de 1960, quando surgiu a primeira base de dados eletrônica especializada. A partir de então começaram a ter mais novidades, como os livros digitais e periódicos - que antes ocupavam quilômetros de estantes nas bibliotecas e passaram a ser eletrônicos. Sempre ajudamos os usuários a utilizarem as informações físicas, e quando isso passou para o digital nós fomos juntos”, explica.

Apesar de defender a permanência das bibliotecas físicas, Bernadete pontua que a Internet facilitou a vida dos leitores. Ela explica que os artigos científicos, por exemplo, são mais fáceis de serem lidos em plataformas digitais, já que elas podem agregar outros acessórios importantes, como o dicionário e tradutor. “Antigamente, se eu estava lendo um livro e aparecia uma palavra que eu não conhecia, eu tinha de ir até a biblioteca, pegar um dicionário. E se desse azar de que esse dicionário poderia não estar no lugar? Por isso, a leitura técnica na tela é muito potencializada.”

De acordo com a pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, encomendada pelo Instituto Pró-Livros (IPL)

e realizada pelo Ibope em 2016, 37% do público que frequenta as bibliotecas do Brasil não é estudante. Os dados apontam que, do público frequentador desses espaços, 73% as consideram locais apenas para estudo e pesquisa, e 55% dos entrevistados citaram frequentar as bibliotecas universitárias. Apesar disso, Bernadete critica que as bibliotecas não estão sendo mais usadas como um espaço tranquilo para uma leitura aprofundada. “As pessoas não estão sentindo necessidade de ir até a biblioteca, e nas universidades esse espaço será cada vez mais desnecessário. Hoje uma biblioteca universitária no meu entender é um lugar bonito, confortável, mas cheio de tomadas. E acrescento ainda um monte de bibliotecários ajudando essas pessoas a escolherem as melhores informações, porque as pessoas às vezes só jogam na busca do Google e abrem o primeiro site que aparece.”

Já na escola básica a presença da biblioteca física faz toda diferença, segundo a pesquisadora. Ela comenta que o espaço ainda é muito frequentado, sobretudo em países como a Alemanha, Holanda, Estados Unidos,

onde esses locais são, além de tudo, bonitos e agradáveis visualmente. “Nas escolas, a biblioteca é sempre um lugar especial, mágico, de refúgio. O livro impresso ainda tem seu espaço, principalmente por ser uma forma muito eficiente para colocar as crianças em contato com a leitura, para ensinar como as palavras se organizam, como as imagens se conectam com o texto. Acredito que o livro físico ainda vai ter muito espaço”, comemora.

Uma questão levantada pela professora e que prejudica o acesso das crianças e adolescente à leitura é o uso abusivo das tecnologias. Bernadete acrescenta que, cada vez mais cedo, as crianças são expostas aos celulares, computadores, Internet, jogos eletrônicos em substituição aos livros, o que prejudica a formação de um senso crítico. “Eu conheço poucos pais que se preocupam em fazer as crianças lerem, principalmente quando elas estão incomodando e entregam o celular para se distraírem. Isso é muito negativo, estamos enfatizando demais a tecnologia e pouco a leitura. Antes, a nossa preocupação eram as famílias de nível social mais baixo, que não tinham acesso aos livros e bibliotecas. Mas, isso está acontecendo nas famílias de nível social econômico mais elevado.”

Usinas solares da até R\$ 600 mil em

Painéis já foram instalados em quatro ampliar o número

Foto: José Abrão



Professor Marcelo Stehling faz parte do Comitê Gestor de Energia Elétrica e está envolvido com o projeto desde o seu início em 2016

José Abrão

Hoje, a segunda maior conta da Universidade Federal de Goiás (UFG) é a de energia elétrica: de R\$ 16 milhões por ano em 2016, a despesa já está em R\$ 18,2 milhões em 2018. Dentro do projeto UFG Sustentável estão em andamento as ações do Comitê Gestor de Energia Elétrica (CGE) composto por professores da Escola de Engenharias Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Faculdade de Direito (FD) e da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra). O objetivo do CGE é tomar medidas que ajudem a reduzir o consumo e principalmente o desperdício de energia elétrica, assim como o seu uso mais consciente.

Em meio à estas medidas está a instalação de uma usina fotovoltaica no Setor Leste Universitário, no prédio do Centro de Aulas da Engenharia (CAE) e outra no Campus Samambaia, nos telhados do Centro de Eventos, da Biblioteca Central e da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). Devidamente instaladas, a do CAE já está funcionando e a do Samambaia aguarda apenas o desenrolar de um ajuste junto à Enel para entrar em operação. A perspectiva

é que ambas as usinas economizem R\$ 600 mil por ano.

O projeto começou ainda na gestão do professor Orlando Amaral que criou o Comitê para o uso racional de energia e água. Desde 2015, a Comissão trabalhava desenhando formas de otimizar o consumo de energia na universidade quando uma oportunidade de ouro surgiu vinda da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL) para fazer um projeto prioritário e estratégico que envolveria eficiência energética e pesquisa. “O Orlando pediu para que tocássemos isso, fizemos uma ponte com a Enel, à época Celg, fomos a Brasília, fizemos a defesa presencial na ANEL e foi um dos 12 projetos aprovados no Brasil inteiro”, conta o professor Marcelo Stehling, membro da Comissão e professor da EMC.

O projeto levava e ainda observa diversas medidas que possam gerar economia por meio da substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas LED, passando pela troca de aparelhos de ar condicionado por novos mais econômicos e chegando às usinas de energia solar. Já em 2017, a implementação das usinas começou a andar depois de estudos

e de levantar um grande orçamento para a aplicação geral: “é um projeto de R\$ 7.8 milhões, além de um sistema de medição online para saber quanto que cada prédio está consumindo, mais R\$ 1 milhão e pouco para pesquisa e desenvolvimento, na prospecção de novas usinas e análise do retorno do investimento que está sendo feito”, explica Marcelo.

Ele conta que a partir do estudo do consumo de energia na UFG, foi possível fazer diversas análises, mapear os locais com maior consumo e o motivo para isso, assim como traçar estratégias para promover o consumo sustentável. Mais campanhas por consumo consciente devem começar já em agosto deste ano, antes dos meses mais quentes do ano, pois os dados revelaram o esperado: o ar condicionado é o grande vilão. “No mínimo 60% do consumo dos prédios tem sido com ar condicionado, chegando a até 80, 90% nos dias mais quentes”, disse.

É importante lembrar que as usinas instaladas não visam tornar a UFG autossuficiente da noite para o dia, mas que é um projeto a longo prazo. E mesmo assim, não é qualquer telhado que vale a pena ter uma

usina. Fatores diversos influenciam nisso, como exposição à luminosidade do sol, número de placas, tamanho do telhado, potência das placas, entre outros. Ou seja, as usinas são parte de um projeto maior. Além delas, Marcelo dá muito destaque ao sistema online de monitoramento que oferece informação em tempo real do consumo de cada prédio. Serão instalados ao todo 120 pontos. “As usinas são parte de um projeto, mas o mais importante é que começamos a analisar as faturas, estamos instalando um sistema de medição, porque a fatura só mostra no final do mês e precisamos saber em tempo real, com mais detalhes. Temos 90 e poucos pontos instalados”. Com isto é possível saber qual prédio gasta mais, quando, porque e fazer comparações: “a gente pode ver qual é mais eficiente para o número de alunos que atende e por quê”.

Outro motivo para investir nisso é que a tarifa que a UFG paga para o uso noturno de energia é muito dispendiosa: “para os contratos da universidade entre 18 e 21 horas eu pago R\$ 2,51. Operar à noite para nós é muito caro, é quatro vezes mais caro do que o R\$ 0,56 dos outros horários. Se eu tiver

UFG podem gerar economia por ano

prédios e a previsão é de usinas nos próximos anos

Foto: Divulgação



Telhado da biblioteca central é um dos três com a usina instalada no campus samambaia

que operar à noite, é preferencialmente sem ar condicionado, são indicativos que estamos tentando passar para que a gente tenha um uso mais eficiente da energia com a colaboração dos professores”, explica. Aí está também a importância do sistema online. O banco de dados foi inicialmente montado com 2.300 faturas de energia digitalizadas, mas agora é alimentado com informação em tempo real, detalhada: “é um batimento cardíaco que nos permite acompanhar o paciente passo a passo. É uma ação que você toma para a vida toda, é como exercício físico, não dá pra fazer um pouquinho e quando melhorar parar”.

Além disso, foram instaladas duas estações meteorológicas que podem avaliar questões climáticas que impactam o funcionamento das placas, como a luminosidade do sol sobre elas e a chuva. E toda esta informação ficará disponível em um só lugar: “estamos trazendo tudo para uma base de dados única”. O projeto tem despertado o interesse dos estudantes. Já foram orientados 20 projetos de final de curso de graduação, três defesas de mestrado

e uma pesquisa de doutorado está em andamento. “É fluxo contínuo, é um tema que atrai muito os alunos e temos colegas dando disciplinas com base nisso”, disse Marcelo.

Consumo maior

O mapeamento revelou quais unidades consumidoras gastam mais. A maior é onde está o CA A, B e C, Face e FIC, que representou 26% de consumo no ano de 2018. Depois vem a Reitoria, o Centro de Eventos e a Emac, que é onde está a usina. Em terceiro lugar observamos a quadra do Direito, Educação, IPTSP, etc. O consumo não fugiu do esperado: os lugares com mais prédios e/ou mais alunos naturalmente consomem mais. Os gráficos mais impressionantes são os dos meses mais quentes: o consumo dispara. O aumento dos gastos com energia está relacionado diretamente com o uso do ar condicionado, mas também à expansão da UFG (hoje são muito mais prédios que em 2015), e o próprio aumento das tarifas, assim como as bandeiras tarifárias.

Porém, todo este gasto é refletido no consumo, o que significa que a melhor saída permanece ser reduzir o con-

sumo através de campanhas de conscientização. Marcelo acredita que com o novo sistema, será mais fácil incentivar o uso consciente, pois pela primeira vez ele será quantificável. “Em breve deveremos divulgar para que qualquer um possa consultar o consumo do prédio online. Com isso, temos um histórico e poderemos dizer ‘olha, com a ajuda de vocês, conseguimos este tanto de economia’. Se na época de calor não subir tanto já é bom. Essa transparência conscientiza o usuário a ver que o esforço dele tem resultado. Se você reduz o consumo, há um efeito cascata”, afirma.

Com todos estes dados, o próximo passo seria fazer uma tomada de preços para mais usinas. A ideia é usar parte do dinheiro economizado como investimento para a instalação de novas usinas. “Temos parceiros trabalhando, avaliando quais telhados seriam adequados, que potências poderíamos instalar e aí tem todo um estudo de inclinação, posição do prédio, para que tenhamos mais eficiência”, explica Marcelo. Os prédios que já estão com usinas foram escolhidos por terem bom telhado, não demandarem obra de infraes-

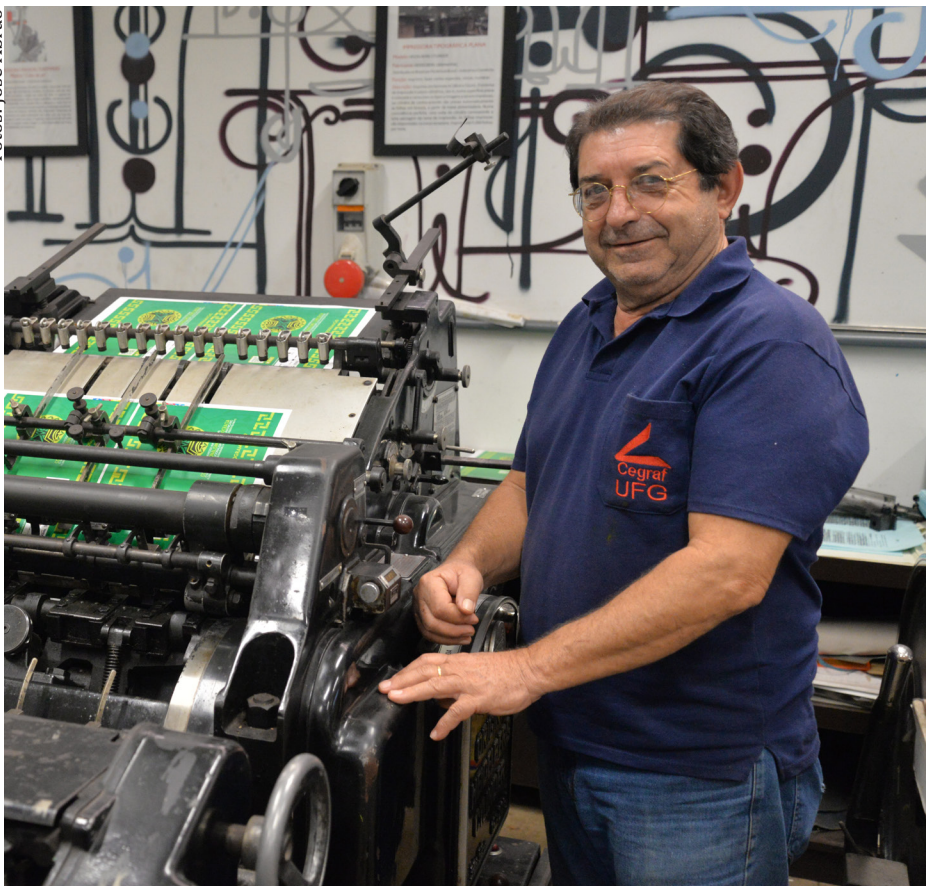
trutura e estarem em uma posição que vai ter maior insolação a maior parte do tempo. “Estamos analisando, por exemplo, os telhados da biblioteca aqui do Universitário, da Faculdade de Educação, e em alguns outros locais no Samambaia”, disse Marcelo.

Até agosto do ano que vem, a Comissão deve entregar para a Reitoria um documento atualizado com toda a projeção de economia e de ações possíveis para otimizar o consumo de energia na UFG e aumentar a economia na fatura. Além disso, com mais dados, é uma experiência que pode ser extrapolada para outros prédios públicos: “na inauguração estava a equipe da Prefeitura de Goiânia, eles pegaram nosso contato, porque a conta da prefeitura é alta e eles queriam saber o que a gente está fazendo, quais as ações implementadas, se seria possível instalar uma usina lá também. Acho que um dos compromissos do projeto é fazer uma apresentação depois para municípios, Estado e o próprio Governo Federal para difundir isto, mostrar a viabilidade, os cuidados, com a cartilha e a metodologia”, concorda Marcelo.

Memória preservada pelo contato

O Ateliê Tipográfico recebeu novas máquinas que depois de restauradas serão colocadas para funcionar

Fotos: José Abrão



O professor José Vanderley Gouveia em meio às máquinas do Ateliê Tipográfico e uma das máquinas que foram doadas para a UFG

José Abrão

O Ateliê Tipográfico da UFG recebeu duas importantes doações: uma da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) e outra do empresário e jornalista Wallace Silva, da cidade de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais. Entre o material cedido pela FAU estão um cavalete tipográfico Manig com 60 fontes de tipos móveis e acessórios, uma impressora tipográfica Leipizig, 2 grampeadoras, uma guilhotina, uma picotadora e vincadora. Da gráfica Wallace vieram Linotipo e uma impressora Alauzet Express. A FIC e o Adufg-Sindicato ajudaram a concretizar esta doação já que o material, pesado e delicado, tinha que ser buscado em São Paulo e em Minas Gerais. Quem capitaneou essa missão foi o próprio coordenador do Ateliê, o professor José Vanderley Gouveia, junto com as professoras da FIC Angelita Pereira de Lima (diretora); Andréa Pereira dos Santos (vice-diretora) e Rosana Borges (da disciplina de História da Imprensa). Segundo o professor Vanderley, o senhor Wallace, que teve um pequeno jornal por anos no interior de Minas Gerais, ficou muito emocionado com a saída das máquinas: “o vínculo com esse fazer e a importância desse trabalho como a difusão do conhecimento, é muito forte”.

Vínculo e difusão do conhecimento são pontos-chaves para

entender essa preservação e seu importante papel realizado pelo Ateliê. O docente conta que é por causa desse papel de restauro e de educação que a USP fez a doação. Parte deste material ficará em exposição após o restauro, mas o plano é que outra parte dele seja colocado para trabalhar assim que a restauração for concluída.

O Ateliê foi criado em 2014 e atualmente fica no próprio Cegraf num espaço de 180 m² e continua crescendo. O projeto, porém, é mais antigo que isso, começando em 2011 com o levantamento do maquinário e outros equipamentos gráficos que existiam na UFG. E utilizar estas máquinas não é algo em desuso: o comércio delas entre os aficionados está ativo e os preços podem chegar a R\$ 20 e R\$ 30 mil. É uma oportunidade de laboratório para os alunos por meio do contato com esse maquinário.

Muitas são as possibilidades artísticas e estéticas dos tipos, numa atividade de letterpress, que foca neste lado da composição tipográfica, concretizados em cursos e oficinas no próprio Ateliê, atraindo os públicos da FAV e da FIC, faculdades de áreas mais próximas, mas também alunos de outros locais: “o pessoal das Engenharias Mecânica e Elétrica tem vindo aqui. As curiosidades e interesses são bastante diversos e com isso a

gente trabalha a preservação da memória gráfica”.

Por isto a ideia é capacitar pessoas para gerir e usar a oficina e para torná-la um laboratório didático. “Você vê as possibilidades de extensão como a história da imprensa goiana, do livro goiano, da cultura impressa em Goiás. A história da imprensa envolve as vidas social, política, econômica e religiosa”, aponta.

No momento, as máquinas recém-chegadas estão no pátio da FIC e o plano a longo prazo é que o Ateliê vá para a parte da área livre entre as unidades. “A intenção é fazer algo como o Pátio da Ciência”, exemplifica Vanderley, em referência ao projeto localizado entre os institutos de Química e Física, no Campus Samambaia. Concorda com ele a professora Rosana, que leciona História da Imprensa na FIC e que é pesquisadora na área: “além de ser uma permanência do passado no nosso presente, por meio deste contato é possível fazer inúmeras reflexões inclusive do ponto de vista do trabalho e dos conteúdos que eram gerados”.

Há anos, a docente promove este contato levando seus alunos de graduação ao Museu da Imprensa Nacional, em Brasília e no Ateliê Tipográfico da UFG para que “essa representação do trabalho possa na forma da materialidade causar maior

sensibilização e imersão mesmo nos primórdios da nossa imprensa. Pra UFG é uma grande aquisição que complementa o Ateliê Tipográfico e para a FIC em si é uma grande conquista pois se traduzem em apoio didático, pedagógico”.

História de preservação

As máquinas pertenciam à gráfica Wallace, de Wallace Silva, de 79 anos. Gráfico, jornalista, escritor e bacharel em Direito, ele atuou, inclusive como tipógrafo, em diversos jornais do interior de Minas Gerais, como “O Cruzeiro do Sul”, “O Liberal” e “O Paraisense”, até finalmente criar o seu próprio jornal: a Folha Regional do Sudoeste de Minas. O jornal começou por acaso: trabalhando como tipógrafo começou a tomar gosto pelo jornalismo e, mesmo sendo bacharel em Direito, acabou exercendo na prática também a profissão de jornalista. Inicialmente, a Folha Regional devia ser um periódico cultural, destacando a agenda da cidade de Paraíso, mas logo na segunda edição o jornal comprou briga com o prefeito por ter mudado o local do desfile de 7 de Setembro e passou a ser oposição. Logo o material impresso cresceu e perdurou por oito anos. Após encerrar suas atividades, a gráfica continuou na ativa e as máquinas, agora da UFG, continuarão trabalhando por décadas.

Grupo Gwaya: há 26 anos contando histórias

Projeto de extensão do Cepae se dedica a se apresentar e formar contadores de histórias em todo o estado e já começou a expandir suas ações para o resto do Brasil

José Abrão

Há 26 anos, o Grupo Gwaya de contadores de história circula pelo Brasil, interior de Goiás e por escolas e feiras de Goiânia. Ligado ao Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) como projeto de extensão, surgiu com o objetivo de usar a arte de contar histórias com a finalidade de despertar no aluno o gosto pela leitura. “é ressaltar: gosto, não o hábito da leitura. Estes professores começaram a perceber que ao contar histórias os alunos queriam ler os livros de onde a professora contava a história”, relata a docente aposentada do Cepae e idealizadora do projeto, Edvânia Braz Rodrigues.

Desde aquela época foi criado o curso de formação de novos contadores com esta perspectiva de preparar contadores de história que se preocupam em levar crianças a serem leitoras. O curso é semestral, com 10 encontros presenciais e quatro atividades, além de uma apresentação final em uma escola. O contador precisa narrar um caso pessoal; um conto popular; uma lenda e um conto literário. O conto popular ou a lenda podem contar usando suas palavras, mas o literário é preciso memorizar o livro e falar como o escritor escreveu para respeitar a autoria.

O grupo trabalha com diversos espetáculos de histórias ao longo do ano, alguns tradicionais como Noite sem Lua, Bruxa na Rua, com histórias de terror, Histórias Sapecas da Levada da Breca, com histórias infantis, e o Eros Uma Vez, de histórias de amor, sempre realizado na semana do Dia dos Namorados. E em todos eles o público verá várias histórias diferentes: “nossas histórias são bem diversificadas, como somos muitas, dá pra ver vários estilos. Às vezes eu posso ler duas ou três, apresento para as outras do grupo, e escolher apenas uma. Sempre estamos guardando livros para novas apresentações”, conta a professora Silmara Antunes, também aposentada, que atua no Gwaya há 22 anos.

Isto acontece porque os contadores têm a liberdade de escolherem eles mesmos o que irá contar para o público, assim



como ele define seu estilo e maneirismos de forma que mesmo se dois contadores narrarem a mesma história, não será do mesmo jeito. Este trabalho vem reverberando e sendo reconhecido, o que já garantiu ao Grupo Gwaya três troféus Baobá, da Secretaria Municipal de Cultura

contempladas, a professora Silmara e a professora Maria do Carmo.

O terceiro prêmio foi para o movimento Circuito Nacional de Romaria das Histórias. Ele é um grande passo que o Grupo Gwaya deu coletivamente em um evento em Brasília. “Senta-

“ Nós fomos alunas de escola pública, tenho orgulho disso, fui a primeira da minha família a fazer uma faculdade. ”

Professora Silmara Antunes

de São Paulo, que reconhece os contadores de história de todo o Brasil por esse trabalho. Na primeira edição, o grupo foi contemplado como grupo que defende e valoriza a arte de contar histórias, além da formação de publicação na área. Na segunda edição, Edvânia recebeu o prêmio como contadora de histórias e na terceira edição foram duas contadoras

mos eu do Gwaya, a Maristela Papa da Associação Amigos das Histórias, Marlene Maçaroca do grupo Poranduba de Minas Gerais, conversando pelo telefone com Andréia Souza que é de São Paulo. A partir daí, a ideia de fazer um evento em que houvesse essa troca de experiência dos trabalhos de diversos Estados. Então começamos com estes três Estados e o Distrito Fede-

ral”, narra Edvânia.

O Adufg sediou o primeiro destes eventos em 2018 em que recebemos Brasília, Minas e São Paulo, na Sede Administrativa do Sindicato. “Depois fomos para Minas e São Paulo e ficamos do dia 3 de março até o dia 23 deste ano em romaria”, conta Edvânia. Porém a logística e os gastos se revelaram pesadas para o grupo, “quando fomos avaliar o evento, percebemos que se fôssemos ampliar, e todos irem pro mesmo lugar, íamos demorar muito para atingir o Brasil inteiro e ninguém tem condição de ficar dois, três meses fora de casa numa romaria de histórias”, pois nem todos os contadores são exclusivamente contadores, eles trabalham, muitos como professores em escolas das redes particular e pública.

Isso levou então a uma repaginação da metodologia: a proposta era de que cada Estado adotasse um outro Estado como irmão e fosse lá levar a ideia para no ano seguinte chegar a outro Estado. Foi determinado que a romaria ia acontecer entre fevereiro e novembro de cada ano com o objetivo de percorrer o Brasil em dois anos. Goiás inaugurou esta ida a Paraíba.

Tudo isto é organizado em grande parte informalmente, pelos próprios membros do grupo e pelo WhatsApp. Nós não temos patrocinador fixo ou fonte de renda, então as contadoras estão sempre em busca de apoio para realizar suas viagens e apresentações. Na ida a Paraíba, por exemplo, os deslocamentos foram custeados pela UFPB. “O Adufg é uma instituição que nos apoia sempre. A UFG tem nos auxiliado com passagens para os eventos fora. A gente corre atrás em casa primeiro, mas nem sempre é possível”, relata Edvânia. Com todo este esforço, Silmara diz que é um trabalho de paixão: “não dá pra ficar rico. Fazemos o trabalho voluntariamente. Nós fomos alunas de escola pública, tenho orgulho disso, fui a primeira da minha família a fazer uma faculdade e hoje quando eu volto nos colégios estaduais e municipais eu tenho prazer em falar isso pra eles e dou valor”.

Agrotóxicos penetram no interior da maçã, aponta estudo

Pesquisa realizada pelo Instituto de Química mensurou a quantidade de pesticida que consegue atingir a polpa da fruta

Luciana Porto

Lavar os alimentos em água corrente, usar uma bucha ou escovinha para retirar a sujeira visível a olho nu, deixar as frutas e verduras de molho em soluções com água sanitária ou hipoclorito de sódio, e tantas outras dicas podem não ser suficientes quando o perigo vai além da casca. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Química da Universidade Federal de Goiás (UFG) concluiu que um tipo de agrotóxico, usado para aumentar o tempo de conservação da maçã até que ela chegue ao consumidor final, penetra na polpa da fruta, não ficando restrita somente à casca.

O estudo realizado em parceria com uma universidade da Louisiana, nos Estados Unidos, foi desenvolvido como tese de doutorado do aluno Igor Pereira - sob a orientação do docente Boniek Gontijo. De acordo com o professor, a pesquisa teve início em 2015 com a implantação do Laboratório de Cromatografia de Espectrometria de Massas (LaCEM), cuja uma das linhas de pesquisa do grupo foi as buscas por resíduos de agrotóxicos em hortifrutigranjeiros. “Já havíamos feito outros trabalhos que apontavam indícios de que esses produtos entravam nas frutas e verduras, que não ficavam apenas na superfície. Só que para comprovar isso, era necessário uma pesquisa mais avançada, que fosse capaz de mapear esse resíduo do pesticida no interior do alimento.”

Com uma técnica importada dos EUA, os pesquisadores conseguiram acompanhar o avanço do pesticida dentro do fruto. Gontijo explica que foram usadas no experimento apenas maçãs orgânicas, ou seja, que não passaram por nenhum processo de agrotóxicos sintéticos, transgênicos ou fertilizantes químicos. Depois, o fruto foi exposto por cerca de dois minutos ao produto e a partir de então os pesquisadores começaram a acompanhar a sua absorção pela maçã. “Nós temos uma aparelhagem no nosso laboratório que consegue medir a massa da molécula, e por meio dessa téc-



Docente Boniek Gontijo apresenta o Laboratório de Cromatografia de Espectrometria de Massas (LaCEM), onde ocorreu a pesquisa

nica nós conseguimos quantificar que o pesticida conseguiu avançar seis milímetros para o interior da maçã, isso significa mais da metade do raio até o centro do fruto, aonde estão as sementes”, revela o docente.

É a primeira vez que um estudo consegue comprovar que os agrotóxicos não estão apenas nas superfícies dos alimentos, segundo Gontijo. O experimento inovador acende um alerta para a promoção de meios alternativos de se realizar o controle dos microrganismos, pragas e agentes externos nos cultivos e lavouras. Para o professor, a ação esperada de um pesticida é que ele cumpra sua função e depois se degrade, porém não foi o observado no estudo.

Riscos

Um relatório do Ministério da Saúde, divulgado em 2018, registrou 84.206 notificações de intoxicação por agrotóxico entre 2007 e 2015.

Em 2013, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) apontou que 64% dos alimentos no Brasil estavam contaminados por agrotóxicos. Em apenas doze anos, entre 2000 e 2012, houve um aumento de 288% no uso de agrotóxicos no Brasil, colocando o País entre os primeiros no mercado mundial de agrotóxicos. “O pesticida provoca inúmeros danos à saúde. Existem estudos que correlacionam o uso dos agrotóxicos com o aumento do número de casos de câncer, por exemplo. Mas, ele também pode acarretar outros problemas, como a intolerância alimentar”, ressalta Gontijo.

O resultado dessa pesquisa pode ser considerado para qualquer hortifrúti, pondera o docente. Porém, um novo projeto mais específico está sendo elaborado em parceria com a Escola de Agronomia (EA-UFG) e deve mensurar a quantidade de agrotóxico que o tomate absorve. De acordo com Gontijo, a

pesquisa será nos mesmos moldes da realizada com a maçã, sendo o produto cultivado de forma igualmente orgânica. “Fizemos primeiramente com a maçã por ser mais prático para se controlar no período de um ano. Um estudo como este envolve um ciclo, é necessário acompanhar o plantio, o crescimento, a colheita, o clima, o local, tudo para não comprometer a amostra e, consequentemente, os resultados”, analisa.

Em parceria com a EA, Gontijo também destaca que estão sendo pensadas formas alternativas para o controle de pragas. “Na realidade, a Agronomia já possui um protocolo para redução do uso dos agroquímicos nas lavouras e cultivos. Com este estudo podemos identificar que tipo de agrotóxico penetra no alimento, se ele fica só na casca, se vai na polpa, se chega na semente. Ou seja, conseguimos mensurar o que está presente em nossos hortifrúti, completa.

Programa leva serviços de saúde e prevenção para trabalhadores

Implantado há cerca de um ano, Saúde do Trabalhador UFG + promove ações que vão desde a orientação até serviços para colaboradores efetivos ou não

Luciana Porto

Após quase um ano do seu lançamento, o Programa Saúde do Trabalhador UFG + segue colhendo frutos. A iniciativa que se iniciou como um projeto de extensão no Departamento de Física da Universidade em outubro do ano passado, cresceu e se consolidou entre os colaboradores de qualquer vínculo empregatício, aposentados e prestadores de serviços da instituição. Com o objetivo de promoção e prevenção à saúde, as ações realizadas pelo programa vão desde orientações a serviços de aferição de pressão arterial, exame para glicemia, testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites, vacinação, entre outros.

Coordenador da iniciativa e docente da Faculdade de Enfermagem, Marcos André de Matos lembra que a primeira ação do Programa reuniu 460 pessoas. Na ocasião, o professor entendeu a necessidade que a instituição tinha de um programa que atendesse às demandas de saúde dos colaboradores. Mais do que a promoção e prevenção, a iniciativa resgata a confiança e a satisfação dos colaboradores com o trabalho da instituição. “Já existem muitas políticas públicas voltadas para os estudantes, mas poucas que realmente focam no bem-estar do trabalhador. Queremos resgatar aquele orgulho em ser UFG que víamos anos atrás, mas que hoje infelizmente o sistema do Ensino Superior no Brasil desgastou”, critica o coordenador.

Parceria Adufg

Parceiro do Programa Saúde do Trabalhador UFG +, o Adufg-Sindicato acompanhou em dezembro do ano passado uma das ações da iniciativa. Durante



Foto: José Abrão

Docente Marcos Matos está na coordenação do Programa desde a sua fundação

um evento que aconteceu na Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), Matos pontuou que o Programa “não pratica o assistencialismo, mas o cuidado e acolhimento”. De acordo com o docente caso o trabalhador seja diagnosticado com alguma patologia durante os exames, ele é encaminhado para o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) – que tem as portas abertas para os pacientes do Programa. “Conseguimos realizar o nosso trabalho somente com a ajuda dos nossos parceiros. Hoje contamos muito com o

apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde (SMS e SES), com o Ministério da Educação, as entidades sindicais, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e tantos outros”, enumera.

As ações do Programa acontecem de forma itinerante nas unidades acadêmicas da UFG a cada dois meses e são eleitas de acordo com a demanda e quantidade de servidores do local. Conforme explica Matos, dentro do Saúde UFG + existem projetos e em cada evento são realizadas ações específicas para o público-alvo. “Temos

um ambulatório com especialistas multiprofissionais à disposição. Nós criamos uma rede de apoio ao Programa, na universidade haviam vários projetos isolados e nós unimos todos eles de forma que agregasse as forças.”

Matos conta que, atualmente, a equipe do Programa está realizando o mapeamento de saúde e riscos de cada unidade. Ele comenta que em alguns departamentos não existem itens primários como kit de primeiros-socorros, rampas de acesso e piso tátil para deficientes, parapeitos e outros acessórios essenciais para manutenção da segurança de quem frequenta as unidades, seja trabalhador ou estudante. “Quando falamos em saúde não podemos pensar somente no básico. É importante que se atue de forma mais ampla, promovendo cuidados na Saúde Física, mental, social, cultural e espiritual.”

Inovação

Em breve o Programa deve lançar um aplicativo de celular que reúne todas as informações sobre a saúde de cada colaborador. Segundo Matos, esse sistema vai reunir históricos como as vacinas, pressão arterial, doenças pré-existentes e outras informações relevantes para acompanhamento médico do paciente. “Quando o trabalhador for ao seu médico fazer uma consulta de rotina ou mesmo tiver algum problema de saúde, ele vai conseguir mostrar ao médico o seu histórico clínico. Se ele teve picos de pressão arterial ou se ele está com a glicemia fora dos níveis padrões, tudo isso o profissional que o atender vai conseguir visualizar por meio desse espelho no aplicativo”, explica o docente.

Fotos: Luciana Porto



Evento realizado no ano passado na Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação ofereceu serviços multiprofissionais aos trabalhadores

Laços de Trabalho, Fios da Memória e Redes Migratórias

Andréa Vettorassi
Editora Appris/ 213 páginas

Laços de Trabalho, Fios da Memória e Redes Migratórias lança um novo olhar sobre as identidades de migrantes nordestinos em cidades do interior de São Paulo. A professora Andréa Vettorassi é docente da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG. Usando as metáforas das redes, fios, contos e laços para simbolizar identidades e memórias, a autora investiga duas cidades paulistas que recebem anualmente grande fluxo de migrantes rurais nordestinos para o trabalho no corte da cana: Guariba e Serrana. As diferenças entre essas cidades saltam à vista nas



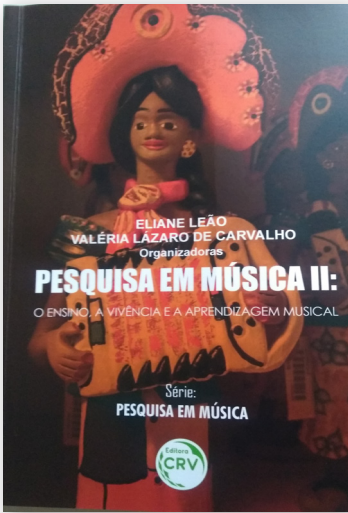
pesquisas de campo que incluem também São Raimundo Nonato, no Piauí, além de uma inusitada viagem de volta às terras de origem em um ônibus clandestino: “foi um trajeto de três dias. Neste capítulo falo sobre como o percurso se dá, quais

são as redes e relações que eles desenvolvem”, explica a professora. No desenrolar dos contos, fios de memória e laços dos migrantes que compõem a obra, percebe-se como se constituem as diferentes redes sociais e a sua grande importância para a sobrevivência dos migrantes. Acostumados com estratégias simbólicas de sobrevivência, os migrantes as recriam em seus locais de destino, experimentando um preconceito que varia de acordo com a situação histórica, política, social e simbólica das cidades receptoras. Curiosamente, como se perceberá no diálogo com a crítica especializada, as relações simbólicas e comunitárias criadas pelos migrantes são muito mais eficazes do que as regras e normas institucionais, tão pouco presentes em seus locais de origem. Ao percorrer os fios e laços das redes migratórias, essa obra contribui para a reflexão sobre as razões dos deslocamentos dos grupos migrantes, de sua acolhida diferenciada e, finalmente, sobre as memórias, relações pessoais e a organização dos migrantes a partir de dimensões ora tão objetivas, ora tão subjetivas. A obra é um compilado de informações obtidas na extensa pesquisa de campo realizada entre 2006 e 2015, com elementos e dados que a docente acumulou ao longo de suas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Foram adotadas várias metodologias nesta pesquisa etnográfica e há um capítulo dedicado a “debater novas metodologias na sociologia para a pesquisa de fluxos migratórios. Neste livro trabalho com uma que é relativamente nova, que é a dos mapas afetivos”, explica.

Pesquisa em Música 2: o Ensino, a Vivência e a Aprendizagem Musical

Eliane Leão e Carmela de Mattos
Editora CRV/ 196 páginas

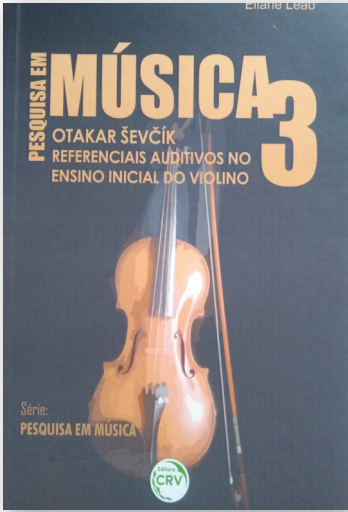
Eliane Leão e Valéria Lázaro de Carvalho (orgs.)/ Editora CRV/ 196 páginas
“Considerando os muitos desafios que encontramos na atualidade, ressaltamos que as questões sobre o conhecimento se impõem como tarefa emergente da pesquisa na área do Ensino da Música. Nesse sentido, o livro que ora apresentamos à comunidade acadêmica, evidencia uma importante contribuição para a área da formação docente, na medida em que toma como referência algumas pesquisas em andamento que estão sendo desenvolvidas pelos alunos dos programas de pós-graduação em música das Universidades Federais, de Goiás e do Rio Grande do Norte. Desde a aprovação da Lei em 18 de agosto de 2008, que altera a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) sobre a obrigatoriedade do Ensino da Música na Educação Básica, vemos deflagrado um processo de investigação e reflexão sobre a metodologia da educação musical não só no contexto da escola, mas também em variados contextos. Os desdobramentos que vemos ocorrer a partir daí nos indica um universo em construção e nos impulsiona a formar pesquisadores que venham a contribuir para a construção de caminhos para uma educação musical de qualidade, estreitando o diálogo entre a teoria e a prática emergente no âmbito do Ensino da Música”.



Pesquisa em Música 3: Otakar Ševčík – referenciais auditivos no ensino do violino

Eliane Leão e Carmela de Mattos
Editora CRV/ 144 páginas

“Este livro trata do ensino da música e, particularmente, do ensino e aprendizagem inicial do violino, onde controvérsias a respeito de abordagens diferenciadas desencadeiam opiniões conflitantes. A proposta pedagógica de Otakar Ševčík para o aprendizado inicial mostra a construção de referenciais auditivos a partir dos padrões de dedos dos ‘Sistemas de Semitons’ inserido em seu ‘Método de Violino para Principiantes’ op.6, respondendo aos desafios iniciais da aprendizagem do violino: a inexistência de quaisquer referências para a colocação dos dedos da mão esquerda nas cordas do instrumento. Discutiu-se o processo de desenvolvimento cognitivo na aprendizagem, bem como a aplicabilidade de procedimentos metodológicos relativos à memória muscular e auditivas presentes na referida proposta pedagógica. A organização do levantamento bibliográfico relevante à pesquisa resultou em um ‘corpus de textos’ com excertos de obras de autores específicos da área de música, ressaltando a utilização de referenciais auditivos e de padrões de dedos em metodologias de ensino e aprendizagem do violino, e de autores da literatura pedagógica que puderam fundamentar a prática pedagógica de Ševčík.



Convite

Professor, divulgue o seu livro!

O Jornal do Professor tem este espaço para que você possa divulgar sua pesquisa e publicações científicas. Se você possui algum livro publicado no ano passado ou este ano ou senão relançado ou reeditado recentemente, ele pode ser divulgado em nosso jornal. Basta enviar para o e-mail jornaldoprofessor.adufg@gmail.com uma imagem da capa e informações básicas como título, nome dos autores, editora e número de páginas.



Diretoria se reúne com reitor sobre o Future-se

A diretoria do Adufg-Sindicato se reuniu com o reitor da UFG, professor Edward Madureira, sobre o Future-se, para discutir o que se sabe do programa lançado em meados de julho pelo MEC. O projeto foi vendido como uma forma alternativa de financiamento para as universidades federais, mas certos pontos levantaram alguns questionamentos da comunidade universitária. Estavam

presentes o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva, o vice-presidente, Walmirton Tadeu D'Alessandro, a diretora-Secretária, Veridiana Maria Brianezi D. de Moura, o diretor Administrativo, João Batista de Deus, o diretor Financeiro, Thyago Carvalho Marques e a diretora de Convênios e Assuntos jurídicos, Ana Christina Kratz. Também participaram do encontro os servidores João Pires

e Fernando da Motta, representando o SINT-IFESgo, e o professor Geci José Pereira da Silva, docente do Instituto de Matemática e Estatística (IME) e diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior da PROIFES-Federação. O reitor criticou a forma como as informações foram colocadas acerca do Programa, que possui lacunas e a falta de diretrizes. A maior preocupação

apresentada foi a possibilidade da contratação de professores em regime celetista, sem concurso, via Organização Social. Na última semana de julho, o reitor também se reuniu com diretores das unidades acadêmicas sobre o tema e foi proposto a formação de um grupo de trabalho e a realização de um seminário sobre o assunto.

CNPq suspende concessão de bolsas

Por falta de recursos, o CNPq suspendeu a concessão de novas bolsas de pesquisa que estão condicionadas à liberação de verbas suplementares. Segundo matéria divulgada no Estadão, a instituição afirmou que vai reavaliar a situação em setembro, mas adiantou que não possui sequer os recursos para bancar as bolsas já em vigência. A suspensão interrompe edital de junho do ano passado, que previa duas chamadas

de pesquisadores, sendo a segunda para a metade deste ano e que não será mais realizada. Estava prevista a liberação de R\$ 9 milhões para doutorandos, pós-doutorandos e professores visitantes neste segundo semestre de um total de R\$ 60 milhões (51 foram liberados no primeiro semestre). O CNPq sofre cortes desde 2014 e o orçamento que era de R\$ 1,3 bilhão passou para R\$ 784 milhões em 2019.

UFG volta a afirmar que não possui recursos para terminar o segundo semestre

Em julho, a UFG divulgou uma nota oficial reiterando não possuir verbas para manter as portas abertas até o final do segundo semestre letivo. O comunicado explana que para finalizar o primeiro semestre de atividades a gestão da universidade já teve que fazer sacrifícios e passar por muitas dificuldades. De acordo com a nota, para os próximos seis meses estariam reservados R\$ 39 milhões, metade do orçamento anual de custeio previsto em Lei para a UFG em 2019. Deste valor, aproximada-

mente 27 milhões destinados ao custeio estão bloqueados. Isto significa um déficit de 69% do orçamento previsto para o pagamento de serviços essenciais como energia, água, segurança e limpeza, além do pagamento de parte das bolsas a alunos de graduação e de pós-graduação. A Reitoria afirma que será necessário implementar medidas de racionamento e redução de serviços na tentativa de manter as atividades da universidade em operação pelo máximo de tempo possível.



Fotos: Karla Boughoff/ Stefane Felipa



Iago é aluno de Economia da USP e celebra a conquista com Romualdo (de chapéu)



Novo presidente da UNE é goiano e filho de ex-presidente do Adufg-Sindicato

Ao final do 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Brasília, foi eleita a nova diretoria da entidade, que terá à sua frente Iago Montalvão, filho do ex-presidente do Adufg-Sindicato, professor Romualdo Pessoa, e aluno do CEPAE do fundamental ao Ensino Médio. Iago é estudante do curso de Economia na USP e é o terceiro goiano a assumir a presidência da UNE. Ele foi o candidato da chapa 6, “Tsunami da Educação”, e venceu com 70,9% dos votos (4.053 votos), em oposição a outras cinco chapas. A diretoria tem um mandato de dois anos. O total de votos válidos foi de 5.715 votos além do congresso ter tido um número recorde de delegados inscritos, com a participação de 8.013 estudantes. À página oficial da UNE na internet, o novo presidente declarou que “apesar das nossas

diferenças é essa pluralidade que faz a UNE estar gigante. Só a luta e os estudantes mobilizados conseguirão derrotar este governo”. O professor Romualdo também fez parte do movimento estudantil desde seus tempos de secundarista e compõe a diretoria da UNE. Portanto, para ele é um momento de muito orgulho. “A participação no movimento estudantil e nesta entidade já me acompanha desde os anos 1980 e ver meu filho à frente disso adquire um caráter marcante, é muito importante para nós, do ponto de vista pessoal”, disse. Há a preocupação pela instabilidade política do País. “A juventude sempre é um baluarte nestas lutas e seguramente a UNE irá liderar esta mobilização, o que nos preocupa, mas eu também enfrentei a ditadura, então a única coisa que posso fazer é estimulá-lo”, disse o professor.

A arte e a vida caminham juntas

Ciça Fittipaldi foi professora da FAV por 25 anos e tem uma trajetória inspirada na arte e literatura

Foto: José Abrão

Ciça aconselha, “sempre tentei passar isso para os meus alunos: arte e vida são coisas juntas, que acontecem juntas, e tudo é experiência”



José Abrão

Aos oito anos de idade, ainda em São Paulo, Ciça Fittipaldi estava em uma bienal de arte com suas melhores amigas, filhas do artista concretista Waldemar Cordeiro. Intrigada, ela observou uma obra dele sem entender. Eram recortes de jornal com fotos das atrizes Brigitte Bardot, Sophia Loren e Claudia Cardinale e na frente havia garrafinhas penduradas com quantidades diferentes de água. “Eu não consegui entender que aquilo fosse arte e perguntei pra ele ‘o que é arte?’ e ele falou assim pra mim ‘que pergunta boba, muda de pergunta! Pergunta: quando é arte? Como é arte?’, e balançou essas garrafinhas e quando olhei a Sophia Loren e as outras atrizes estavam rebolando (risos). Eu fiquei maravilhada! Se isso me toca verdadeiramente, é arte, sendo que às vezes você precisa de anos de academia e filosofia, para entender isso”. A lição foi aprendida e Ciça a levou para a vida, inclusive para a sala de aula. Professora da UFG por 25 anos, ela conciliou sua carreira acadêmica com uma bem-sucedida trajetória artística e literária que lhe rendeu diversos prêmios e reconhecimentos, incluindo quatro prêmios Jabuti.

Ela nasceu na capital paulista em uma família de editores e livreiros com uma vida intelectual, cultural e artística bastante ativa: “cresci em um ambiente favorável à leitura, a museus, fui uma pessoa com muitas oportunidades, que tenho que agradecer sempre”.

Porém sua primeira tentativa de carreira não foi nos livros. Era bailarina solista do Teatro Municipal de

São Paulo, onde fazia parte do corpo de baile e dançava os balés e as óperas e queria seguir na dança, só que seus pais exigiam uma formação superior, e foi assim que ela desembarcou em 1973 na UnB para estudar Arquitetura. Após sofrer um acidente, teve que parar de dançar. Foi aí que descobriu o desenho e a gráfica da UnB: “ela imprimia quase tudo que depois virou a editora da UnB, muito parecido com o Ateliê Tipográfico da UFG. Quando eu não estava em aula eu estava na gráfica”.

Essa primeira experiência logo a levou para o campo profissional: “fiz todos os cursos de gravura, que acho que é uma formação muito importante para o ilustrador. No segundo ano de faculdade eu precisava de uma grana para me sustentar. Brasília é uma cidade muito cara. Eu consegui um trabalho como ilustradora do Jornal de Brasília, em 1973”. Acabou que não finalizou o curso de Arquitetura e sim o de Artes Plásticas.

Mudanças

Em 1980 se casou com um geólogo que tinha muitos negócios de mineração no Centro-Oeste e logo os dois se mudaram para Goiânia. Veio sem conhecer a cidade nem ninguém que morasse aqui, para um apartamento nos então novos Bloquinhos do Marista. “Foi muito complicado. Eu quase morri. Eu não sabia nem onde eu ia morar”, conta. Quando chegou, sofreu para se adaptar: “Goiânia acabava pela 85 no morro do Serrinha, onde tinha o jornal. Tudo mato. Setor Bueno era

bairro de chácaras. A T-1 era de terra!”. Começou a circular a pé pelas ruas e logo se apaixonou pelas personagens e situações surreais que encontrou pelo Centro.

Numa dessas andanças, foi até a Praça Cívica e por acaso entrou na Secretaria Municipal de Cultura que à época tinha como secretária Lara Moreira. Foi um encontro auspicioso em que se engajou em um grande projeto com a prefeitura: “a Lara me chamou para ajudá-la a cuidar da recuperação do Bosque dos Buritis que era abandonado, cheio de mato. Instalamos juntas o Museu de Arte de Goiânia, o Centro Livre de Artes do qual fui diretora três anos. Nós fizemos os lagos, nós descobrimos as nascentes”. Pouco depois também se tornou ilustradora do jornal *O Popular*.

Posterior a este período, voltou a São Paulo outra vez acompanhando o marido que conseguira uma boa posição e fez uma pós-graduação na USP. Mergulhou no trabalho e ao longo dos dez anos seguintes se consolidou como autora e ilustradora de livros infantis, ganhando três prêmios Jabutis (o quarto viria em 2014). Além de ter vencido quatro prêmios, ela foi jurada da premiação três vezes. Sua primeira série de livros é sua obra mais conhecida: a coleção *Morená* com oito livros sobre diversos mitos de origem indígena de povos diferentes. O regresso à Goiânia veio à força. Por causa do plano Collor, as economias da família, que agora tinha dois filhos pequenos, ficaram escassas e eles retornaram para Goiânia por ser uma das capitais mais

baratas do País: “ficaram duas opções, Curitiba e Goiânia, mas eu não queria passar frio nem a paul”.

Recebeu um convite da diretoria da FAV para fazer uma oficina em um festival de arte quando retornou e foi então que o professor José César lhe avisou que haveria um concurso para a disciplina de arte contemporânea. “Lembro da Selma Parreira me dizer, Ciça, você está muito isolada, se você for ficar aqui em Goiás você tem que procurar um lugar em que você possa interagir, venha para a universidade, ela já era professora. Dentro da UFG eu fiz um programa muito forte de formação de ilustradores, tenho imenso orgulho deste trabalho, formei ilustradores com relevância internacional”, conta.

“No começo eu trabalhei muito arte contemporânea, junto com o Carlos Sena e com a Selma, criamos a Galeria da FAV. Como eu tinha filhos pequenos e o marido sempre viajando, eu tive que aguardar para fazer a especialização. Fiz parte da primeira turma do mestrado que a FAV abriu. Fiz o mestrado e minha família disse ‘tudo bem, o mestrado a gente aguenta, já o doutorado’ (risos)”, brinca, “Fiquei 25 anos na UFG e fiz o meu trabalho com muito afinho, sempre achei o papel da educação importante, então quando me envolvi com educação, foi pra valer”.

Sobre seu legado, ela espera ter conseguido passar para os seus alunos como a arte e a vida estão ligadas: “a arte é experiência e está vinculada com nossa vida. São coisas juntas, que acontecem unidas, e tudo é experiência”.